



Aos dezasseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet.

VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho e António Miguel da Costa Ferreira, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vítor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Sónia Isabel Leal Maurício Martins, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.



b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Rafaela Isabel Graça Nunes, conforme documentos registados sob os n.ºs 5 e 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Maria Paula Soeiro Cândido, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 e 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Presidente da União de Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por José Manuel Lima Neves, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anitã da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Informo que não há inscrições.



B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 023/2024/AM – Delib. CM n.º 154/2024 – Projeto de alteração ao Regulamento da Feira de Sant’Iago

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

Manuel Fernandes (PS) – O regulamento da Feira de Sant’Iago à partida não oferece novidades à bancada do Partido Socialista, muito embora entendamos que este documento deveria ter vindo à Assembleia Municipal antes do dia 15 de março, data do início das inscrições no certame, que decorrem entre o dia 15 de março e o dia 19 de abril.

Tendo por base o maior certame realizado no concelho de Setúbal, em tempo de férias e no pico do Verão, numa altura em que o país tradicionalmente bate recorde de visitantes, os 11 dias de feira entre 25 de julho e 4 de agosto sabem a pouco. O regulamento será, talvez, a única formalidade que deverá merecer maior consenso nesta assembleia.

O evento desta natureza, com esta especificidade que pretende constituir-se como montra regional das nossas tradições, da nossa cultura, da nossa gastronomia e do artesanato, deveria ser acompanhado pelo peso político necessário para se afirmar entre os maiores e melhores eventos de feiras e mercados nacionais.

A Feira de Sant’Iago tem uma vital importância para o concelho de Setúbal em várias dimensões social, económica e referencial regional com o propósito da afirmação da identidade sadina. De facto, os muitos comerciantes, as instituições e o movimento associativo ou cultural que aderem ao evento, todos os dias a expectativa é sempre alta, mas no fim do evento todos os anos sabe a pouco.

O cartaz cultural é uma rubrica sempre importante em qualquer feira, mas o cartaz cultural não pode ser a razão pela qual as famílias e os visitantes se deslocam ao parque de Sant’Iago.

Ao longo das duas décadas que o evento leva nas Manteigadas, depois do projeto falhado da Associação Parque de Sant’Iago, a Feira de Sant’Iago tem perdido identidade local e regional, não tem conseguido os índices de atratividade necessários que respondam às justas expectativas de quem nela investe. Falta peso político de suporte ao evento e um modelo de feira que se constitua como referência para que a Feira de Sant’Iago se afirme definitivamente como um evento sociocultural de excelência a nível nacional.

Vários sites e blogues da consulta popular corrente para feiras e mercados têm ignorado a secular Feira de Sant’Iago em detrimento de outras, algumas até de menor dimensão e que são consideradas entre as mais populares e marcam presença em quase todos os sítios da Internet, eventos como a Feira de São Mateus em Viseu, a Feira de São João em Évora, o grande Mercado Medieval em Óbidos, a Feira de Barcelos ou a Feira de Março em Aveiro, a Feira de São Bartolomeu em Trancoso, a Feira de Todos os Santos em Silves ou mesmo a Feira de Velharias e Antiguidades no Funchal. É preciso uma grande reflexão a sério sobre a velha Feira de Sant’Iago.

A incapacidade e ineficiente peso político da autarquia nas áreas da cultura, mercados e feiras não explica tudo. A dimensão e a repercussão do evento obrigam às responsabilidades de todo o executivo. Também aqui o diálogo foi inexistente com os partidos da oposição, a arrogância e a surdez do executivo e o egocentrismo de alguns pelouros vão escapando ao propósito da melhoria da qualidade de vida da comunidade.

A Feira de Sant’Iago ainda pode ser uma referência dos eventos em Portugal, os setubalenses acreditam que é possível e o Partido Socialista também acredita e a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de regulamento, mas o regulamento é o menor dos problemas da Feira de Sant’Iago.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 6 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.



2. Deliberação n.º 024/2024/AM – Delib. CM n.º 167/2024 – Estratégia de Educação e Sensibilização Ambiental do Município de Setúbal

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

Isabel Conde (PSD) – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Presidente da Mesa – Está pendente um parecer desta comissão sobre a Recomendação feita pelo PAN “*Pela Revisão do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal*” que baixou à comissão. Não tendo isto um ponto próprio na ordem de trabalhos pedia à Sra. Coordenadora da Comissão que, também, nos desse as conclusões dessa apreciação.

Isabel Conde (PSD) – Muito bem Sr. Presidente.

Após a análise e a discussão do documento e com a prestação dos devidos esclarecimentos, também, por parte dos representantes do executivo, entendeu-se que não constitui uma competência da comissão proceder à alteração de um regulamento municipal, conforme o disposto no regimento desta Assembleia. Assim caberá exclusivamente ao PAN, neste caso, decidir acerca da melhor maneira para fazer valer as suas intenções manifestadas através da recomendação por forma a que se cumpra com o objetivo pretendido.

Vítor Rosa (BE) – As dúvidas já levantadas pelo Bloco de Esquerda na reunião das comissões, consideramos que é um documento que fica aquém de uma verdadeira estratégia de educação e sensibilização ambiental, repesca medidas que já estão no terreno há bastante tempo, peca pela inovação de novas medidas, o tempo de avaliação dessas mesmas medidas apontado, que é bianual, parece-nos demasiado longa, o que revela as dificuldades da existência de recursos humanos num verdadeiro Departamento de Educação Ambiental com técnicos dedicados nesta matéria tão importante.

Dessa forma, a falta desses recursos, a exemplo de prioridades que deveriam existir e que têm passado ao lado deste executivo, iremo-nos abster nesta deliberação.

Vice-Presidente da Câmara – Quero prestar só alguns esclarecimentos relativamente àquilo que foi aqui colocado. A estratégia não foi rebuscada, a estratégia foi construída com todos os atores e parceiros que fazem parte, quer na área da educação ambiental, quer com associações ambientais, quer com as escolas, quer com professores e, inclusivamente, obteve vários contributos do Conselho Municipal de Educação.

Pensamos que aquilo que é feito, já desde alguns anos a esta parte, e bem feito e aceite pelas escolas deve fazer parte das escolas e da comunidade em geral, porque não se trata de uma estratégia apenas para as escolas, trata-se de uma estratégia de educação e sensibilização ambiental para a comunidade setubalense em geral. Portanto, pensamos que aquilo que é prática e que é bem feito e que tem tido resultados francamente positivos, deve fazer parte da estratégia ambiental. Pensamos que sendo uma estratégia e estando prevista a sua monitorização, também está acautelada a necessidade de podermos ter que contemplar novas propostas, isso pode acontecer quando estamos a falar de estratégia, aliás, é isso que deve acontecer.

Dizer, também, que a estratégia inclui novas propostas e novas atividades, inclusivamente incluí, na minha opinião, uma questão que é bastante inovadora, que é a questão dos equipamentos de educação ambiental que o município incorpora na sua estratégia. Pensamos que isso é uma inovação e não conhecemos muitas outras estratégias de educação ambiental e sensibilização que o façam da mesma maneira que está aqui previsto no documento.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do PAN, e duas abstenções, uma do BE e uma da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

3. Deliberação n.º 025/2024/AM – Delib. CM n.º 175/2024 – Proposta de Regulamento Lojas de Bairro – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” / Pólo de desenvolvimento das atividades económicas da Bela Vista e zona envolvente

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

Marco Costa (PS) – A bancada do Partido Socialista acolhe com agrado as alterações que foram introduzidas neste regulamento e acompanharemos com a devida atenção a sua implementação no sentido de em virtude desse regulamento, da proposta e da ideia, também se conseguir transpor para o pragmatismo a eficácia daquele fim que pretende ter, nomeadamente no apoio social também a esta comunidade.

Vamos, contudo, dar uma sugestão que, provavelmente até já pode existir, se esta medida depois pode ser acompanhada quer pelas instituições que já têm esse papel, quer pela Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia para acompanhamento e aconselhamento no apoio jurídico a esses municípios, quer no direito fiscal, quer no direito de trabalho, quer na facilidade com que obtêm os equipamentos e os softwares para faturação e para tornar este negócio, não numa economia paralela, mas na formação que é imprescindível nas normas de higiene e segurança no trabalho e também nas medidas de eficácia e eficiência energética que se podem implementar desde já nestes pequenos negócios.

Acompanharemos com atenção, mas, contudo, saudamos a virtude desta proposta.

Francisco Cabral (PSD) – O PSD vê com agrado a resposta e até as alterações que foram dadas aos pontos que o PSD foi questionando, mas realçar apenas a importância da questão do microcrédito, isto já tinha sido uma questão levantada pelos vereadores do PSD, em sede de reunião de câmara, mas seria bastante interessante até explorar a questão do financiamento através do microcrédito orientado para objetivos de desenvolvimento sustentável destes pequenos negócios. Deixar aqui este *appetizer* para estimular as nossas mentes.

Luís Maurício (CH) – O Partido CHEGA vai votar favoravelmente esta iniciativa, vamos só ficar a aguardar que esta iniciativa, também, seja posta em prática por todo o concelho de Setúbal.

Venham mais iniciativas destas, porque assim tudo o que seja para modernizar, tudo o que seja para remodelar o nosso concelho, o Partido CHEGA vai sempre votar favoravelmente.

Vítor Rosa (BE) – Dizer apenas que, considerando as questões levantadas em sede de comissão e as clarificações apresentadas, acompanharemos favoravelmente a proposta agora apresentada.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

4. Deliberação n.º 026/2024/AM – Delib. CM n.º 209/2024 – Retificação dos investimentos previstos no procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais – 2024

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do BE, e as abstenções do PS, do PPD/PSD e do PAN, e o voto contra do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Ilídio Ferreira (PS) – Esta proposta teve início ou pelo menos esta matéria teve início em junho de 2023, em que foi aprovado um conjunto de investimentos a fazer através de um empréstimo de médio/longo prazo e que, após aprovação pela Câmara e pela Assembleia Municipal, foi enviado para visto do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas devolveu com parecer desfavorável, ou não concedendo o visto por três razões essenciais.

O primeiro por não cumprimento do artigo 51º, número 1 do Regime de Financiamento das Autarquias Locais que diz que os empréstimos de médio/longo prazo, deverão ser para financiar investimento ou substituição



de dívida, entendendo o Tribunal de Contas que obras de reabilitação e melhorias em vias são atos de gestão corrente e não investimento. Aliás, lembrar-se-ão que, quer a nível da Câmara, quer nesta Assembleia, já por várias vezes os membros do Partido Socialista e, também, creio que do PSD referiram várias vezes esta questão de a Câmara Municipal estar a procurar obter financiamentos de médio/longo prazo para obras que são obras correntes.

A segunda questão tem a ver com o chamado princípio de equidade intergeracional e que nós, também já temos abordado aqui e que, nos termos do artigo 51, número 7, da mesma Lei que já referi, os empréstimos devem ter um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do respetivo investimento. O artigo 9, do referido regime, diz que a atividade financeira das autarquias locais está subordinada ao princípio da equidade na distribuição dos benefícios e custos entre gerações, de modo a onerar as gerações futuras. Ou seja, os financiamentos de médio/longo prazo não devem ultrapassar a vida útil, porque estão a onerar a vida útil dos investimentos e estão a onerar as gerações futuras. Finalmente, e esta é que é o mais estranho, porque a estas duas ainda se pode dar interpretações diferentes. O que é mais estranho é o facto de a Câmara Municipal ter enviado ao Tribunal de Contas uma deliberação da Assembleia Municipal que não cumpria com a legislação, nomeadamente o artigo 49, número 6 da referida Lei em vigor, que diz que os contratos de empréstimos de médio/longo prazo, cujos efeitos se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, que é o caso deste empréstimo que era de 20 anos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções. A Câmara veio argumentar com isso, perdendo algum tempo, se calhar, que deliberação 30/06, em que tinha havido abertura do procedimento, tinha sido tomada por maioria absoluta, mas a verdade é que todos compreenderão e não percebo como é que o executivo não compreende que aquilo é vinculativo. A deliberação é vinculativa da parte da Assembleia, não é da abertura do procedimento, mas da aprovação das condições do empréstimo de médio/longo prazo, essa é que é vinculativa, e nessa não houve maioria absoluta, houve apenas uma maioria simples. A Lei não estava a ser cumprida e o Tribunal de Contas não fez mais do que aquilo que teria de fazer. A Câmara Municipal esteve mal, errou, deveria e tinha obrigação, em minha opinião, de saber que a Lei era esta e que não tinha sido cumprida, porque era claro e expresso que não tinha havido maioria absoluta, mas depois disso seria de esperar que a câmara procurasse corrigir fazendo aquilo para que a Lei aponta claramente, que é empréstimos de médio/longo prazo a 20 anos para financiar obras que, duram muitos anos, deverão ser faladas com as oposições.

A Lei não o diz claramente, mas julgo que aponta nesse sentido e após o parecer negativo do Tribunal de Contas, acho que a câmara deveria ter logo dialogado com a oposição e não tinham perdido este tempo todo. Correu mal, e se correr mal hoje, a responsabilidade é única e simplesmente da Câmara Municipal, porque o Partido Socialista, ao longo deste tempo, tem chamado sempre a atenção para a necessidade da câmara concertar com a oposição os investimentos de médio/longo prazo suportados através de empréstimos de médio/longo prazo.

Presidente da Mesa – Deixem-me fazer um sublinhado que decorre desta intervenção. Esta é uma deliberação que requer a maioria absoluta dos membros em efetividade de funções. Este requisito ou é cumprido ou não sendo cumprido ela pode ser aprovada por maioria relativa, mas a deliberação é inválida para efeitos de prosseguimento do processo.

Vítor Rosa (BE) – Na Assembleia de 30 de junho de 2023, o Bloco de Esquerda absteve-se relativamente à matéria deste procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo. O que é certo é que o que hoje se traz aqui não faz mudar esta intenção de voto do Bloco e esta foi a intervenção que fiz a 30/06/2023, *“Não estando em causa a necessidade de investimento, concretização e requalificação de infraestruturas no concelho, a nossa abstenção relativamente a esta deliberação tem a ver com as prioridades que o executivo optou e com a falta de informação a ele associados.”* Isto manteve-se novamente hoje aqui relativamente a esta matéria, porque são apontados alguns investimentos do ponto de vista estratégico.

Um auditório em Azeitão, qual o fundamento como investimento estratégico? Porque em Azeitão e não na Freguesia do Sado, por exemplo? Construção do pavilhão desportivo das Manteigadas, a mesma questão, qual o fundamento como um investimento estratégico? O atual está obsoleto? Qual a taxa de ocupação do mesmo? Já não responde à sua procura como uma infraestrutura desportiva?



O executivo, depois deste pedido de retificação continua a manter em cima da mesa a mesma interpretação daquilo que são investimentos estratégicos e acaba por esquecer aquilo que são algumas críticas e o apontar de outras possibilidades de investimento estratégico dentro do concelho e continua a manter a sua posição. Para além destes outros exemplos, acrescentando as mesmas dúvidas e preocupações sobre o refúgio climático e valorização do corredor ecológico da Ribeira do Livramento, à Assembleia Municipal apenas nos chegou a informação desta deliberação sem projetos que sustentem a necessidade estratégica destes investimentos. Sendo uma informação financeira básica a sustentar os valores apresentados, nada que a oposição não esteja habituada, mas que esperávamos ver corrigido, parece que não. Apenas nos é apresentado mais uma abertura de procedimento de contratação do empréstimo de novos milhões em 2023 com reflexos para 2024 nas contas futuras da autarquia. Na prática, estamos a antecipar empréstimos para o orçamento de 2024 e a amarrar mais 9 milhões para os próximos 20 anos, talvez já a pensar em obras para o ano eleitoral de 2025.

Se em relação à requalificação das infraestruturas, mesmo com a falta de informação já referida, elas são no momento entendíveis, o que é certo é que mais uma vez chegamos a esta assembleia e o executivo continua a não dar suficiente informação à Assembleia Municipal para que, de forma consciente e tranquila, para além dos casos que já aqui foram referidos relativamente às questões levantadas pelo Tribunal de Contas, para que em consciência possamos votar, clarificar e dar uma maioria absoluta a estes projetos e a estes investimentos.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal não poderá acompanhar esta proposta pelos mesmos motivos que nos têm levado a votar contra estes pedidos de empréstimos em outras assembleias.

Reconhecemos e valorizamos a importância das obras e dos projetos apresentados, no entanto, com base em considerações financeiras e económicas que consideramos cruciais para a sustentabilidade futura deste município, decidimos votar contra. Além disso, é importante ressaltar que embora o executivo tenha considerado prioritária a execução de um conjunto de obras, alguns meses depois apresenta a necessidade de retificar a lista dos chamados investimentos, no entanto, persistem-nos dúvidas quanto à adequação das requalificações de infraestruturas e pavimentos para um prazo de investimentos que aqui se apresenta de 20 anos.

Afonso Luz (CDU) – O Tribunal de Contas relativamente ao processo de fiscalização prévia que lhe foi solicitado, entendeu devolver esse processo ao município para que exercesse o contraditório quanto àquilo que era o seu entendimento. Portanto, não podemos falar aqui propriamente de um parecer negativo, mas antes de uma solicitação para que o município se manifestasse relativamente às questões que eles colocaram.

São três questões, como aqui já foi dito, a primeira é a dúvida se alguns dos investimentos correspondem a investimentos propriamente dito ou não, ou se são meras reparações e conservação. A segunda, é que se efetivamente se tratar de conservação, se o prazo do empréstimo corresponderia à vida útil do investimento. Depois uma terceira, essa aí digamos que não é propriamente uma dúvida, é que apesar do início do procedimento de contratação ter sido aprovado por maioria absoluta dos membros da assembleia, quando se tratou de contratar o empréstimo, não obteve maioria absoluta e essa questão teria de ser efetivamente sanada.

A Câmara Municipal em vez de exercer o contraditório, decidiu reformular os investimentos que estavam previstos no procedimento de contratação de empréstimo, mantendo o valor global e com esta reformulação que agora aqui nos é apresentada já não existem dúvidas de que se trata apenas de investimentos, ficando excluído tudo o que pudesse ser entendido como meros trabalhos de conservação.

Por isso, sendo investimentos que são importantíssimos para o concelho, entendemos que ele deverá merecer algum cuidado dos membros desta assembleia de forma a ser obtida a maioria absoluta que aqui é exigida.

Luís Maurício (CH) – O partido CHEGA vai-se abster nesta votação, reconhecemos a importância deste projeto, mas temos muitas, muitas dúvidas sobre o prazo de pagamento referido. O prazo de pagamento é numa extensão muito longa, são muitos mandatos e a saúde financeira deste executivo para o espaço dos municípios é sempre posto em causa.



Vice-Presidente da Câmara – A minha intervenção vai no sentido de dizer que a câmara optou por retificar esta proposta, tendo em conta as orientações do Tribunal de Contas e trazer aqui aos senhores deputados, uma proposta retificada relativamente aquilo que tinha sido a inicial.

Podíamos ter, efetivamente, feito o contraditório, porque foi para isso que fomos notificados, mas, de qualquer maneira, pensámos que esta seria uma melhor forma de podermos rapidamente ultrapassar este obstáculo.

Estes investimentos são fundamentais para o município, eles já tinham sido fundamentados no dia 30 de junho de 2023, tendo em conta que o montante já foi aprovado relativamente às entidades bancárias, decidiu-se manter o mesmo montante e ir buscar novas ações que já estavam em curso num outro procedimento, porque efetivamente pensamos que não seria de desvalorizar estes procedimentos.

De qualquer modo, aquilo que apelamos aos senhores deputados é para a importância de cada uma destas ações e aquilo que vai efetivamente trazer desenvolvimento ao nosso concelho nas mais diversas áreas, quer a nível de requalificação, quer a nível de novos equipamentos culturais e desportivos, quer a nível de fruição e de sustentabilidade ambiental. São estas as principais questões que nos movem para voltarmos a trazer e retificarmos a proposta.

Ilídio Ferreira (PS) – Ouvi a intervenção do Afonso Luz e da Sra. Vice-Presidente, que compreendo, mas a questão essencial não é abordada, penso eu. De facto, é dada a possibilidade do exercício do contraditório que faz parte do direito administrativo, é um procedimento que tem que ser cumprido pelo próprio Tribunal de Contas. Agora, o que não há dúvidas era que se perdia mais tempo, foi o que eu disse relativamente à questão da natureza dos investimentos.

A outra questão que foi levantada ainda poderia ser questionada, exercido o contraditório, embora haja acórdãos claros relativamente à questão dos investimentos, acórdãos que dizem que tudo o que se trata de recuperação de estradas, etc., não deve ser investimento. Mas relativamente à outra da votação, não havia apelo nem agravo, e era mais uma perda de tempo.

Agora, a questão essencial a Sra. Vice-Presidente não refere, que foi aquela que eu disse, é que tudo aponta na legislação, no parecer do Tribunal de Contas para que, em situações de empréstimo de médio/longo prazo, a Câmara Municipal, esta ou outra qualquer, dialogue com a oposição no sentido de procurar consensos.

Isso é que vocês continuam a ignorar e, portanto, a responsabilidade do que aqui se passar, por mais que tentem dizer que são obras importantes, lembressem-se há uns tempos atrás.

Alexandre Teles (PSD) – Quero só fazer aqui dois pequenos apontamentos. O primeiro é relativamente a um passado e já tem execução, que é o empréstimo que foi aqui aprovado também em assembleia no final de 2002, que também não passou por maioria absoluta. A este processo concursal e empréstimo não se levantou qualquer consideração relativamente a esse ponto que agora é frisado neste empréstimo que voltou para trás. Só vou perguntar para perceber, qual é a diferença que aquele empréstimo teve relativamente a este e relativamente ao outro de 15 milhões? Porque na altura, também, foi aprovado com 18 votos a favor e 20 abstenções e também não cumpria este critério.

Relativamente ao empréstimo em si, tem aqui muitas coisas essenciais para a cidade e muitas destas também são defendidas nas freguesias. Há muitos destes investimentos que estão aqui que são defendidos também pelos eleitos nas freguesias que também pedem e exigem. Há aqui várias questões que temos, também, de considerar e a aprovação ou não deste empréstimo relativamente a isso.

Vice-Presidente da Câmara – Só quero prestar aqui mais um esclarecimento relativamente àquilo que são os acordos claros que temos vindo a receber ou relativamente àquilo que são os entendimentos do tribunal.

A nossa equipa de técnicos que prepara estes procedimentos, como vocês devem calcular, são das várias áreas, desde a área das obras municipais até à área financeira e já preparámos outros cadernos, outros empréstimos que efetivamente não vieram com esta indicação, nem com esta leitura do Tribunal de Contas.

Já todos estamos por aqui há algum tempo e sabemos como é que as coisas funcionam e efetivamente temos uma grande confiança nos técnicos quando elaboram estas propostas e as fazem chegar aqui à Câmara e à Assembleia Municipal. Já tivemos outros empréstimos, já houve outros empréstimos similares e o modo que foi realizado foi exatamente este.



Desta vez o tribunal teve esta interpretação e, tendo em conta também esta interpretação, decidimos fazer esta alteração. Era só este esclarecimento.

Presidente da Mesa – Não sei se isto responde à questão do senhor deputado Alexandre Teles e àquilo que a Sra. Vice-Presidente estava a dizer, os requisitos para a maioria absoluta dos membros em efetividade de funções está na Lei, ou eles representam mais 10%, mesmo que estejam previstos em Plano Plurianual de Investimentos, do investimento do ano e então existe a maioria absoluta ou eles são só pagos em mais de dois mandatos, dois ou mais mandatos. Portanto, desde que tenham um período temporal de reembolso de dois ou mais mandatos têm de ter a maioria absoluta dos votos da Assembleia Municipal.

Rui Lamim (PSD) – Relativamente a esta questão achamos que alguns dos projetos a financiar são, há muito, reclamados pelo PSD, pelos seus autarcas, nomeadamente pelos autarcas e pelo núcleo da Freguesia de Azeitão. Mas se a CDU acha que estes investimentos são importantes para o concelho, então a Câmara Municipal devia mesmo ter seguido um processo de criação deste financiamento. Recordo agora, já na segunda tentativa, com o necessário diálogo e passagem de informação com todas as forças políticas nesta assembleia e isto tinha corrido de uma outra forma e tinha corrido de uma forma bem mais límpida e transparente. Obviamente, que estes projetos são uma seleção da gestão CDU, não são a nossa seleção, mas neles estão alguns projetos tão importantes que nós consideramos que a sua não aprovação significa um bloqueio ao financiamento de decisões, que recordo, são decisões que já foram tomadas e são tão necessárias para o concelho e, em concreto refiro-me à zona de Azeitão, uma zona em franco crescimento e que tem sido francamente negligenciada por este executivo.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 17 da CDU e 6 do PPD/PSD, 1 voto contra da IL e 14 abstenções, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

5. Deliberação n.º 027/2024/AM – Delib. CM n.º 210/2024 – Revogação de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais - PPI 2024

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS, um do PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 6 abstenções, 5 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

6. Deliberação n.º 028/2024/AM – Delib. CM n.º 213/2024 – Abertura de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais - PPI 2024 – Equipamentos

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do BE e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.



Mário Aranha (PS) – Relativamente a esta matéria, permitam-me fazer uma breve introdução, que acho que é importante para refletir a nossa posição e principalmente para quem está em casa perceber o que é que nós estamos aqui a discutir.

Tanto a anterior proposta, que foi agora aprovada, como esta que estamos aqui a discutir, estamos a falar de empréstimos a 20 anos que perfazem, números redondos, cerca de 20 milhões de euros a pagar em 20 anos. Só para termos uma noção, isto representa 9 milhões e 200 mil euros só em juros e estamos a falar com cálculo numa taxa de juro de 4%. Durante estes 20 anos muita coisa pode acontecer, coisas boas, mas também podem acontecer coisas más, como infelizmente aconteceram há relativamente pouco tempo. Por cada 1% de aumento da taxa de juro, são mais 2 milhões que nós vamos pagar em juros durante o período de vida do empréstimo. Isto representa, entre juros e capital, um acréscimo para a nossa câmara de cerca de 1 milhão e 457 mil euros, cerca de 457 mil euros só em juros. Estamos a falar aqui de montantes muitíssimo elevados e todo o cuidado aqui tem de ser aplicado.

Relativamente a esta matéria, nós temos aqui uma posição mais aconselhada em termos técnicos, ou seja, quando uma empresa pede um empréstimo para comprar, por exemplo, uma máquina o que se prevê é que os lucros que essa máquina consiga gerar deia para pagar o capital e os juros desse empréstimo. Numa Câmara Municipal os objetivos são diferentes e basicamente, uma Câmara Municipal como a nossa deve pedir empréstimos, nomeadamente a médio/longo prazo, por três motivos. O primeiro, é para poupar despesa corrente, vamos supor, por exemplo, comprar viaturas a eletricidade, consegue-se poupar nos combustíveis, na manutenção, etc. e com isso compensa pagamento de capital e de juros desse empréstimo. O segundo, é para aumentar receitas. Vamos supor que a Câmara Municipal pedia um empréstimo para fazer um parque empresarial, tinha receitas deste parque empresarial, de rendas, de IRC, etc., e com isso conseguia pagar estes juros. Ou então, quando não existe aqui fluxos financeiros, o que existe é se estes investimentos tiverem um impacto social de tal forma grande que, obviamente, é aconselhável fazer isto. Aqui cai, obviamente, neste caso, por exemplo, o pavilhão de Azeitão.

Agora, o que sucede aqui é que temos muitas dúvidas que se peçam empréstimos a 20 anos com este encargo de juros, por exemplo, para fazer arruamentos e para fazer os arranjos exteriores do pavilhão e isso é completamente errado. Aquilo que está previsto são cerca de 500 mil euros, ou seja, sobre isto vamos pagar 250 mil euros em juros. Ora, isto não faz qualquer tipo de sentido, é errado, é tão errado que até o próprio Tribunal de Contas, não quer dizer que dê razão ao PS, mas é tão óbvio que não só é errado financeiramente, como até é errado em termos legais.

Relativamente à biblioteca, aí temos grandes dúvidas, não pelo impacto social, mas pelo montante, parecem-nos um montante brutal e exagerado, quando atualmente nós temos acesso na ponta dos nossos dedos a praticamente todos os livros que quisermos. Por exemplo, uma expansão da biblioteca atual, talvez, seria um instrumento mais indicado e assim estamos a onerar os nossos jovens. Estamos a falar em cerca de 6 milhões e meio de euros, mas vamos onerar os nossos jovens com juros em mais de 3 milhões de euros. Isso não me parece que seja muito correto, não só para os atuais contribuintes setubalenses, como também para os vindouros contribuintes setubalenses.

Aqui temos claramente dúvidas e, como já foi referido aqui pelo meu colega de bancada, tendo em conta a composição desta assembleia, obviamente que projetos que não sejam consensuais, têm de ser discutidos. Enquanto que, no caso do pavilhão, acho que é absolutamente consensual, no caso da biblioteca não é consensual. E esta forma de financiamento a 20 anos, também, não é consensual pelas razões que aqui foram apresentadas.

Estes dois processos representam o corolário do que tem sido esta gestão da CDU, ou seja, uma enorme trapalhada, porque investimentos que são absolutamente necessários deviam ter sido logo iniciados no princípio do mandato, foram empurrados para o fim do mandato e sempre desta forma extremamente trapalhona. Ou seja, é apresentado na Assembleia montantes extremamente elevados de empréstimos e nós nem sequer temos acesso aos projetos, não sabemos o que é que vai suceder, por exemplo, no pavilhão de Azeitão, quantos lugares é que vai ter, que modalidades e o que vai abranger, não sabemos nada disso, estamos aqui a fazer um salto de fé relativamente a esta matéria.

Obviamente que, a construção em si não nos causa qualquer tipo de engulho, muito pelo contrário, isto foi uma promessa do PS nas últimas eleições, é uma necessidade extrema, urgente para todo o tecido desportivo do nosso concelho, porque quem está envolvido neste meio sabe que em Setúbal vivemos em estado de



calamidade total em termos de instalações, não pela sua falta de qualidade, mas sim pela sua falta de quantidade. Por exemplo, só para referir a figura do distrito pelo Setubalense, eleito pelos moradores do nosso distrito, o Neemias Queta e se o queremos ver a jogar pela seleção de Portugal, não temos pavilhão para o acolher. Também, se queremos ver a final da Final Four de futsal não temos pavilhão em condições para receber, se queremos um grande Congresso partidário em Setúbal não temos condições para o acolher. São todos estas necessidades prementes que trazem receita, que trazem turismo e que trazem visibilidade positiva à cidade que são precisos serem implementados.

Todo este processo, como nós vimos, foi extremamente mal conduzido, de tal forma que a sua concretização, se calhar, vai ser só para depois de 2025, o que quer dizer que os nossos miúdos da escola de Azeitão vão continuar a ter aulas de Educação Física à chuva. Ora, isto não pode continuar e é contra isto que nós nos indignamos, não com a construção em si, mas com este estado da situação.

Também de referir que estes dois empréstimos esgotam, praticamente, a capacidade de endividamento da nossa câmara, o que também não nos parece o mais correto, porque basicamente o que estão a fazer é entregar uma bomba-relógio à próxima Câmara Municipal, que nós sabemos que não vai ser da CDU, mas que já estão a deixar aqui umas matrioskas para quem ganhar, que será, quase de certeza, o PS que terá de deslindar, mas nós iremos deslindá-la.

De referir, ainda, para rematar, mais um mandato perdido, mais 4 anos perdidos para a cidade. Isto, porque estes investimentos a concretizarem-se só vão ser em 2025 e são muito insuficientes.

Como última nota, se sabem quando é que o último pavilhão foi construído na nossa cidade? Em 2008! É para refletir.

António Costa Ferreira (PSD) – Perante todas estas dúvidas e incertezas com que nos deparamos em aprovar esta proposta, reside muito simplesmente, pelo facto, de não haver projetos que tenham sido aprovados em reunião de câmara e que fossem conhecidos de todos. Projetos de execução, e não havia dúvidas e assim estamos a entrar em procedimentos de financiamentos que, como vemos, nem todos são consensuais. Isto era evitável se a metodologia fosse outra, os projetos primeiro fossem executados, fossem aprovados em reunião de câmara e quando viessem à assembleia todos estavam informados devidamente. Era só isto que eu queria dar como contributo.

Vítor Rosa (BE) – Retomar algumas daquelas dúvidas que foram colocadas no ponto da retificação e acentuar aqui, porque estamos a pedir um empréstimo de 10 milhões de euros e um dos investimentos é a construção da nova Biblioteca Municipal, uma promessa que dura há 13 anos já no meio deste processo todo e para nós era uma das grandes bandeiras do Bloco na campanha eleitoral autárquica.

O problema para nós não é em relação à construção da nova Biblioteca Municipal, é, onde é que está a planificação destes projetos? Onde é que está a indicação de e quando as datas de concurso para as empresas construtoras? Onde está o prazo de construção? Onde está a data de início de obras? Onde é que está relativamente à questão dos projetos? Pergunto, por exemplo, se a biblioteca ainda continua a ser o projeto vencedor há mais de 10 anos?

Mais uma vez, o executivo traz-nos aqui uma abertura de um concurso de 10 milhões em apenas numa folha A4, ora, isto torna-se inconcebível do ponto de vista da informação junto a esta assembleia, para que seja votado de forma consciente aquilo que é um empréstimo de 10 milhões para os próximos 20 anos. É esse cuidado e tem sido esse alerta constante que é feito, por parte da oposição, nesta assembleia para o conjunto de informação que o executivo deve trazer aqui e que, mais uma vez, nos remete uma folha A4 em que diz que tem três investimentos no valor de 10 milhões, em que é necessário abrir um concurso da contratação deste empréstimo e mais nenhuma informação nos é dada. Por este motivo, vamo-nos abster.

Afonso Luz (CDU) – Temos aqui um empréstimo de médio/longo prazo em que se destina a financiar três investimentos. Antes de mais queria referir que estes investimentos constam do nosso programa eleitoral e foi esse programa eleitoral o mais votado neste concelho, portanto, não foram outros. Por exemplo, um outro apontava para um pavilhão multiusos, etc., portanto, não foi esse que foi o mais votado, o programa que foi o mais votado foi o da CDU e a CDU tem que cumprir com os investimentos que estavam no seu programa e não os investimentos que estavam nos programas de outros.

Depois uma segunda questão, estes empréstimos são por 20 anos e, se bem se recordam do que há pouco falámos sobre o parecer do Tribunal de Contas, tem de haver uma relação ou deve haver uma relação entre o período do financiamento e a vida útil daquilo que está a ser financiado. Portanto, é o caso destes investimentos que aqui estão.

Quero recordar que foi precisamente o não cumprimento desta regra de se financiarem investimentos com empréstimos de médio/longo prazo com período correspondente ao período do investimento que levou esta câmara à falência e pelos vistos, o Partido Socialista não aprendeu, pelas palavras do deputado Mário Aranha, nada com isso e continua a referir que são não sei quantos juros. O que importa, de facto, é que estamos aqui a fazer coisas e são projetos que não são para a Câmara Municipal, estamos a falar de projetos que são para as pessoas e isto parece que é esquecido. São investimentos em estruturas que as pessoas vão usufruir, não é para satisfação unicamente da Câmara Municipal. É precisamente em nome da saúde financeira da Câmara Municipal que estes empréstimos deverão ter este período para serem financiados.

Nuno Carvalho (PSD) – Confesso que não ia intervir, mas ouvi com atenção a Intervenção do senhor deputado Afonso Luz, cujas opiniões, naturalmente, de carácter técnico ou discussão técnica, tal como o senhor deputado do Partido Socialista, que são perfeitamente respeitáveis e até podíamos ter aqui um debate do ponto de vista técnico. Mas há aqui um ponto de vista político, que nós não podemos ter nos moldes e nos termos que aqui foram referidos. É que os partidos mais votados não podem, nas condições que existem nesta Assembleia Municipal, nem muito menos na Câmara Municipal, considerar que os seus programas podem ser executados sem haver negociação, acordo ou diálogo com a restante oposição, se a restante oposição supera aquilo que é o número de votos e de representantes do partido mais votado e este princípio é fundamental.

Agora, quando o PSD, ainda há minutos atrás, decidiu olhar para os interesses dos munícipes e para o seu programa e coincidimos com esse interesse e votámos favoravelmente, esses termos podem não se verificar no futuro. E sem diálogo, quer para nós, quer para qualquer outro partido, incluindo que, naturalmente, seria a mesma coisa para a CDU, não chegaremos a nenhum consenso que sirva os munícipes. Não queria deixar de chamar a atenção para esse aspeto. Aquilo que são os nossos programas têm que ser uma consolidação de vontades para que possamos ter decisões, se há uma regra e há uma lei que nos obriga a superar esta situação se não vai bater na trave, outra vez, no Tribunal de Contas, e nós temos que ter esse diálogo. Não aceitamos que esse diálogo ocorra nos termos em que temos que sufragar o partido mais votado, aliás, isso é uma algo que o PSD atualmente ou várias vezes no Parlamento e, como é óbvio, as regras também valem para esta assembleia, não é só para a outra.

Ilídio Ferreira (PS) – Só muito rapidamente duas notas em relação à intervenção do Afonso Luz. A primeira para dizer aquilo que o Nuno já disse, que o programa da CDU foi o mais votado, mas não foi com maioria absoluta e se olharem para o que têm feito os outros partidos, nomeadamente a nível nacional quando não tem maioria absoluta, é procurar o diálogo com a oposição. Ainda agora o PSD no seu programa, parece-me que meteu sessenta e tal medidas da oposição.

Segunda nota, para dizer ao Afonso Luz, e ele já cá estava em 2000, lembra-se disto perfeitamente, não tenho aqui os números, mas vou trazer na próxima assembleia, mas não tem razão. O endividamento que o Partido Socialista cá deixou, a grande percentagem, foram investimentos de infraestruturas e a maior percentagem ainda foi habitação social, como sabe. Vou trazer esse dado no dia 30, não foram despesas correntes. Depois trarei esses números para demonstrar que você não tem razão.

Presidente da Mesa – Mas as despesas correntes foram pagas com o empréstimo do saneamento financeiro, certo? Depois ficaram os empréstimos...

Mário Aranha (PS) – Mas foi para investimento, a sério.

Afonso Luz (CDU) – Deputado Ilídio, não deve ter percebido bem, foi precisamente o contrário do que eu disse. Houve investimentos que deviam ter sido financiados por empréstimos de maior prazo e recorreu-se a financiamentos de menor prazo para os financiar e isso é que deu cabo das finanças.



É evidente que temos consciência de que não temos maioria absoluta e, portanto, tem de haver diálogo e essa questão, pelo menos para mim, não se põe. Agora, isso também não pode levar a que passamos a executar o programa de outros sem ter executado o nosso, tem de haver aqui alguma flexibilidade nisso e algum bom senso em tudo isto.

Apesar desta proposta referir aqui no final que terá de ser aprovada por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, neste caso não se aplica, só quando for da contratação, como já vimos anteriormente.

Rui Lamim (PSD) – Pois se esta agora não precisa de ser aprovada por maioria dos membros eleitos, isto agora trata-se do início do procedimento e este procedimento inclui dois equipamentos, que é o pavilhão desportivo de Azeitão e a nova Biblioteca Municipal.

O pavilhão desportivo de Azeitão está aqui avaliado em 3 milhões e novecentos e a Biblioteca Municipal em 6 milhões e meio, e não conhecemos o que é que são o objeto destes 6 milhões e meio. Começo por fazer a pergunta que é, a utilização das bibliotecas da rede de bibliotecas que o município tem, como está? Vamos precisar de uma biblioteca nova com a rede que temos? Os leitores ou os utilizadores, as pessoas que utilizam a rede de bibliotecas, está a crescer ou está a decrescer? Pretende-se com a biblioteca aumentar a sua afluência e a atrair mais gente? Como vamos construir um edifício novo ou pretende-se construir um edifício novo? Ou pretende-se utilizar estes 6 milhões ou algo que o valha para reabilitar um dos edifícios nobres da cidade que esteja em degradação? Pode ser uma boa altura para fazer um pouco de renovação urbana em certos edifícios.

Não conhecemos o projeto e enquanto nós não conhecemos o projeto, não vamos dar o nosso voto favorável relativamente a este assunto, tem de vir fundamentado, foi o que dissemos acerca do outro anterior que passou, enfim, mas não vamos prescindir desta nossa posição. Pode ser uma promessa vossa, sem dúvida, mas temos de ver e avaliar da bondade da mesma e do seu custo, porque 6 milhões e meio é muito dinheiro a pagar em 20 anos. Sim, toda essa gente vai pagar os juros e a prestação da dívida e pode ser que a biblioteca esteja só aqui, seja virtual, não precise que seja isto tudo, depende do conceito que se queira. Mas enquanto o conceito não vier aqui e não estar explicitado, podem ter a certeza que não contam com o nosso patrocínio.

Flávio Lança (IL) – Não posso deixar de referir que nos encontramos num momento decisivo para o futuro do nosso município, onde as decisões que tomamos aqui hoje forjarão o legado de amanhã.

Este debate em torno do empréstimo de médio/longo prazo é mais do que uma discussão financeira, é uma questão de visão e responsabilidade para com as gerações futuras. É imperativo reconhecer a importância de melhorar as infraestruturas e serviços para os nossos municípios, no entanto, também devemos confrontar a realidade económica com a qual nos deparamos, a inflação, a taxa de juro que é um binómio que pode ameaçar a sustentabilidade das nossas finanças municipais.

O nosso município já se encontra sob pressão visível nos resultados apresentados e na regra de equilíbrio orçamental que vimos num dos pareceres de um auditor. Não podemos hipotecar o nosso futuro pela urgência do presente. É a prudência e a transparência que devem nortear a nossa gestão financeira, assegurando que cada euro investido seja um passo em direção à prosperidade sustentável.

Faço um apelo, quer aos deputados, quer ao executivo, para ponderarem a dimensão dos riscos envolvidos. Precisamos de consolidar os investimentos atuais e avaliar a sua eficácia e depois, sim, planear os próximos passos com base financeira sólida. Esta é a rota prudente, a rota que nos conduzirá a uma Setúbal mais forte e resiliente.

A Iniciativa Liberal já irá votar contra esta proposta de empréstimo.

Vanessa Silva (CDU) – A minha intervenção tem apenas que ver com algumas observações que foram feitas aqui sobre o equipamento municipal da Biblioteca Pública Municipal.

Se os senhores deputados não conhecem, aconselho vivamente a verem, a lerem o manifesto da IFLA Unesco para as Bibliotecas Públicas de 2022.

O manifesto da IFLA foi o documento que enquadrou desde 1949, no fundo, aquilo que é considerado uma Biblioteca Pública Municipal com as valências que são adequadas ao desenvolvimento do conhecimento, ao aprofundamento da literacia e ao incremento da leitura e das práticas de participação cidadã.

Este manifesto, que foi atualizado em 2022, tem uma nova versão, quando em 1949 foi pela primeira vez publicado, como sabem não tínhamos propriamente uma prática democrática no nosso país. Em 72 obtive uma versão que depois veio a enquadrar aquilo que foi a nossa prática no pós 25 de Abril relativamente às bibliotecas públicas.

O edifício da nossa atual Biblioteca Municipal tem problemas de confinamento, o edifício não tem plasticidade suficiente para acolher um conjunto de novas valências que estes equipamentos têm de ter, pese embora, seja um equipamento bastante utilizado, até porque, entretanto, aconteceu uma nova realidade que é a existência de uma rede de bibliotecas escolares que também incrementa a leitura pública e não podemos só criar equipamentos, porque há mais ou menos utilizadores.

Se há pouco um senhor deputado do PS referia que não havia determinados equipamentos desportivos para acolher determinadas práticas, com a parte cultural também temos de ter isso em consideração, a capacidade dos nossos equipamentos também incrementa aquilo que são práticas democráticas, nomeadamente, a da leitura, à capacidade de interpretação e ao espírito crítico.

A existência de uma capital de distrito, como é Setúbal, de um equipamento que tenha, de facto, as condições que são necessárias para dar resposta à comunidade que servimos é fundamental, até porque a biblioteca também não é só as salas de leitura, nem é só ir buscar um livro para ler, a biblioteca tem um fundo, tem um espólio, precisa de ter condições para o preservar, porque as bibliotecas não podem ser só digitais. O digital é o que mais perene há, os livros, o documento escrito é fundamental para a nossa capacidade de desenvolvimento, enquanto seres humanos.

Só queria referir isto, porque a questão dos consensos é importantíssima, claro que é importante que conheçamos o desenvolvimento dos projetos a seu tempo, mas há questões que são centrais e que também devem merecer, da nossa parte, a preocupação de garantir as condições para que se concretizem.

Realmente acho estranho que, por exemplo, há pouco o senhor deputado do Bloco de Esquerda dizia que a Biblioteca Municipal era uma bandeira do Bloco de Esquerda, mas que se ia abster. É uma bandeira que é um bocadinho caída, há coisas que não batem muito certo nesta nossa discussão e também é importante que todos possamos construir os consensos necessários, mas ter em conta os motivos que nos levam a determinadas decisões, nomeadamente a esta da construção da Biblioteca Pública Municipal.

Nuno Carvalho (PSD) – Só muito rapidamente para voltar a referir algo que já foi mencionado pelo senhor deputado municipal Rui Lamim.

Em primeiro lugar discutir aquilo que é o conceito que se quer pôr em prática da biblioteca, creio que era uma discussão que, naturalmente, teria sido muito útil e é um ponto que todos nós temos de chamar a atenção. O facto de não podermos ter uma discussão que nós podemos chamar de séria, dizendo que é qualitativamente melhor ou pior ou quantitativamente melhor ou pior, é precisamente, pelo facto, de não conhecermos o projeto.

Sem esquecer uma outra questão que é, efetivamente, se esse é o projeto que alguém decide apoiar em detrimento de outros, porque, como é óbvio, o dinheiro não tem elasticidade suficiente para acomodar todas as nossas escolhas e todas as nossas propostas. Por isso mesmo, creio que é fundamental, em primeiro lugar, perceber que há o compromisso de algo sobre este projeto para se perceber, efetivamente, como ele funciona e funcionará, aberto a toda a Assembleia Municipal para que a discussão possa ser nivelada por cima qualitativamente.

Em segundo lugar, percebermos com clareza da parte do executivo o compromisso que em projetos que tenham esta natureza intergeracional, por via da sua extensão do prazo de pagamento e de serviço de dívida, que estes projetos possam ser uma discussão igual àquela que é a sua importância. Porque na Assembleia Municipal não estamos a conseguir discutir a biblioteca nos termos que a própria deputada da CDU aqui mencionou e era importantíssimo que o fizéssemos.

Só não estamos a fazer, precisamente, porque não temos a informação e é preciso referir e sublinhar esse aspeto, esta falha que prejudica projetos importantes e prejudica os municípios e o PSD, hoje, tem uma abstenção que poderá mantê-la ou poderá, inclusive, alterá-la e em nada prejudica para que ela, inclusive, possa ser um voto contra, porque só conhecendo o projeto é que nós votaremos.

A abstenção, neste momento, é precisamente, porque nós desconhecemos.



Vice-Presidente da Câmara – Julgo que relativamente à justiça das propostas praticamente todas as bancadas são unânimes em que as mesmas são muito importantes, mas depois têm sempre aqui alguns obstáculos.

Ouvi atentamente a intervenção do senhor deputado Mário Aranha e fiquei sem perceber como é que é a posição do Partido Socialista relativamente àquilo que são as competências de uma autarquia, porque as competências de uma autarquia, naquilo que foram as palavras do senhor deputado, na terceira hipótese poderiam servir para cumprir funções sociais, mas... As duas primeiras hipóteses são sempre aquelas que o senhor deputado põe à frente, que é a questão do lucro ou da receita relativamente ao projeto que se possa implementar.

Senhor deputado, as autarquias são autarquias, não são empresas nem são outra coisa qualquer, são autarquias e por isso têm regras próprias. Uma das coisas que nos deve mover a todos é a qualidade de vida dos nossos cidadãos, dos nossos municípios e julgo que isso não conseguimos ver através das receitas, não conseguimos ver através do lucro, não conseguimos ver através dessas considerações. É claro que uma das coisas que conseguimos ver é através da satisfação e da participação das pessoas e isso é muito importante. Agora, fazendo aqui a ponte relativamente às questões do pavilhão de Azeitão e da biblioteca, efetivamente, são necessidades que já estão sinalizadas há algum tempo e que o município não teve capacidade, é verdade, para fazer o seu investimento. Agora ligar isto ao pavilhão da escola que não existe há 50 anos e que nenhum dos governos quis fazer, porque foi uma opção política, tal como acontece com o pavilhão da Dom Manuel Martins, o Governo do Partido Socialista não quis apoiar o pavilhão da Dom Manuel Martins, não quis inscrevê-lo no acordo com a Associação de Municípios relativamente à requalificação da escola, foi uma opção política, mas ligar isto agora com a construção do pavilhão de Azeitão, sinceramente, é um pouco esticar a corda, como se costuma dizer, e peço desculpa pela expressão.

Depois em relação às questões da biblioteca, os senhores deputados, também, sabem que esses conceitos já estão ultrapassados, mas falando daquilo que antigamente eram os critérios, a deputada Vanessa também já falou, nós temos uma biblioteca que não é adequada ao conjunto de habitantes que temos no nosso concelho. A nossa biblioteca, tendo em conta o espaço que tem, seria para um concelho de 30 mil a 40 mil habitantes e nunca para um concelho de mais de 120 mil habitantes. Nessa altura, em que a biblioteca se mudou para aquele espaço e que obteve o financiamento da DGLAB, não era para uma B1, era para uma BM3 e isso nunca aconteceu. Essa legislação, que hoje já não existe dessa forma, até dava uma obrigação de espaços que tinham de ser tidos em consideração quando a DGLAB aprovava o projeto. Quando aprovava os projetos e quando tinha financiamento para que esses projetos se pudessem desenvolver. Verdade seja dita que a DGLAB já não o faz, portanto, as bibliotecas públicas existem praticamente e exclusivamente por vontade dos municípios, é um serviço que os municípios dão aos seus municípios de forma gratuita e de forma a ter a maior qualidade possível, já não são todos os serviços públicos que temos assim no nosso país, mas as bibliotecas públicas continuam a ser.

Mesmo que não fosse de propósito, mas posso partilhar convosco, ontem reunimos com a DGLAB e aquilo que a DGLAB disse, é que não existe financiamento para construção e nem para a requalificação de bibliotecas, portanto, estes fundos dependem exclusivamente da vontade dos municípios quererem através dos seus fundos próprios ou através de investimento próprio ou por empréstimos poderem efetivamente dar relevo a esta atividade. Também a DGLAB disse-nos que ficou muito satisfeita por Setúbal querer incrementar os serviços da biblioteca pública, querer fazer e dar aos seus municípios um outro serviço de biblioteca pública e disse que muitas vezes não é isso que acontece. Aliás, há muitos autarcas que têm tentado passar para as bibliotecas digitais.

Não sei se o senhor deputado Mário Aranha tinha estado a falar na DGLAB, mas é isso que tem vindo a ser proposto à DGLAB, é que muitos dos serviços à “boleia” da biblioteca digital sejam diminuídos e não é esse o propósito da DGLAB, também não é esse o propósito da Câmara Municipal de Setúbal. Aliás, o que nós queremos é uma disseminação, uma promoção da leitura e de todas as questões que estão à volta da leitura. O senhor deputado do PSD perguntava se temos mais leitores, se temos menos leitores e como é que esse processo tem vindo a acontecer. O que vos posso dizer é que temos mais leitores, temos mais participação na biblioteca, mas não temos só atividades de leitura, posso-vos dizer que na semana passada tivemos uma atividade dedicada às crianças em que começámos por fazer a dissecação de um choco e depois conseguimos continuar por aí a fora até conseguirmos construir uma história com estas crianças.



A visão que existia há uns anos atrás do que é um espaço de biblioteca é diferente no seu conceito e isto também é importante relativamente à visão que temos para o projeto. De qualquer maneira eu tomei boa nota relativamente às questões do projeto da biblioteca. Julgo que é do vosso conhecimento de que o projeto da biblioteca foi alvo de um concurso internacional, em que colaborou a ordem dos arquitetos já há alguns anos. Ele também precisa de algumas afinações relativamente ao ano de 2016 para agora o ano de 2024 e da parte do executivo estamos disponíveis para apresentar o projeto numa sessão a combinar e podermos recolher, inclusivamente, contributos de todos os senhores deputados.

Parece-me algo simples de fazermos, mas não pondo em causa, acho eu, e nem diminuindo aquele que deve ser uma Biblioteca Municipal de qualidade. Julgo que se vamos por esse caminho, começamos a entrar em serviços mínimos e tudo é dispensável, *“Porque é que agora vou fazer uma escola com não sei quantas salas, se posso fazer não sei o quê e se calhar os alunos até podem estar no digital.”* Julgo que não podemos entrar em serviços mínimos e aqui no caso da biblioteca, perdoem-me, mas é com uma grande tristeza que vejo algumas bancadas serem contra o projeto da biblioteca, porque uma boa biblioteca é um sinal do desenvolvimento de uma comunidade, de uma sociedade. Vejam bem os projetos de bibliotecas que já foram requalificadas no nosso país, onde é que aconteceu e vejam bem a nível europeu que projetos existem em que não se resume a biblioteca ao livro, mas que o livro tem de ser sempre o ponto de partida ou o ponto de chegada nestas atividades.

Outra situação que chamo a atenção é a preservação do nosso património, do nosso espólio. Neste momento, já não temos espaço útil para poder guardar e conservar tudo aquilo que, por exemplo, vem através de doações, através dos nossos municípios, é preciso preservar esse material sob pena de não preservarmos a nossa memória. É muito importante e este projeto da biblioteca tem isso e depois quando fizermos a apresentação, vamos mostrar todas as condições para fazer o depósito destes documentos todos.

Temos coisas riquíssimas, únicas e que têm de ser preservadas, inclusivamente, material que a LASA já nos pediu para fotografar no sentido de poder preservar dessa forma. Julgo que, em termos de justificação, justifica-se fazer uma nova biblioteca e pena é de não termos conseguido fazer há mais tempo, porque efetivamente tivemos de nos balançar para os nossos fundos próprios, porque infelizmente não existem outros apoios para tal.

Mário Aranha (PS) – Julgo que a Sra. Vice-Presidente interpretou mal as nossas palavras, eu referi aqui que o último tema relativamente a empréstimos, onde o benefício social é indiscutível, tem a mesma importância das outras três. Foi só uma forma de ilustrar e também para as pessoas lá em casa perceberem.

Relativamente a temas onde não há projetos, onde não há esse tipo de divergências, nós, obviamente, apoiamos e, inclusivamente, referimos aqui que no caso do pavilhão de Azeitão também foi uma promessa nossa e nós até vamos fazer um salto de fé, ou seja, aprovar um empréstimo em que os juros vão ser mais de um milhão e quinhentos mil euros, devido à extrema necessidade que existe sem conhecermos o projeto previamente.

Presidente da Mesa – Essa discussão justificadamente foi longa, foi prolongada, expuseram-se as suas posições todas, julgo que se justifica até fazer aqui alguma repescagem dos temas centrais. Os pilares da discussão foram dois basicamente, a questão da prudência referida no início pelo deputado Mário Aranha, a prudência na contenção dos custos é exatamente a mesma prudência que tem de se ter na redução das receitas e quando há receitas suficientes e quando, por vontade própria dos órgãos municipais, é reduzido e o recurso ao crédito é a única alternativa que fica. Portanto esse tempero de não fazer muita despesa em excesso e não reduzir a receita em excesso é a mesma prudência que é preciso para ver como funciona a câmara.

A outra é do diálogo, o diálogo que for requerido por toda a oposição justificadamente, que quer conhecer, quer saber. A maioria que existe é relativa, está justificado, a própria proposta que aqui vem é um ato de diálogo formal, porque não era necessária, podia vir só a pedir a contração de empréstimo e provocou esta discussão toda, além disso, a Sra. Vice-Presidente já se disponibilizou para discutir em concreto o projeto e consensualizá-lo tanto quanto possível. Esta manifestação de diálogo, também é um crédito que se dá nesta discussão, julgo eu, agora se o consideram como tal ou não, cada um pensará.

Foi uma boa discussão, porque diz respeito a toda a gestão do município, não só à questão dos empréstimos, não só à questão da biblioteca.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 7 votos contra, 6 do PPD/PSD e 1 da IL, e 14 abstenções, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PSD, ao longo deste debate, deixou bastante claro os termos em que aceita vir a esta discussão e há um aspeto que é fundamental, é começarmos com boa-fé, verificarmos que as explicações não são suficientes e, de facto, nesse sentido o PSD vota contra aquilo que não conhece, não vota contra uma biblioteca em particular, contra um pavilhão em particular, vota contra aquilo que não conhece.*

É um valor demasiado elevado para que a escolha seja feita nestes termos e ficamos a aguardar que, de facto, haja uma Assembleia Municipal ou outro tipo de informação que possa chegar no sentido em que não tenhamos que estar a votar contra o desconhecido, mas sim assumir uma posição a favor de algo que efetivamente conhecemos.”

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte horas e quarenta e cinco minutos do dia 16 de abril, de dois mil e vinte e quatro.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e quatro, contém dezassete folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,

Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,

Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.